
EDITORIAL

No último editorial do Caderno Catarinense de Ensino de Física ressaltava-se a gravidade do momento de crise pelo qual passa a sociedade brasileira, quando se falava de crise econômica, política e social. Convém acrescentar que a par daquelas facetas da crise, o que revela o paroxismo da mesma é o seu momento de crise moral por parte das elites que desgovernam cada vez mais os rumos do país e que, por efeito perverso, acabam por gerar um estranho clima de descrença na política e, por extensão, na própria democracia que se tem tentado construir.

Tal crise transpassa todo o tecido social. A visão do *status quo* do que deva ser a organização social, a relação capital/trabalho, a cultura e, em particular, a Universidade reluta em se manter alheia à negação da barbárie e à afirmação da civilização. Desta forma, mais uma vez tenta-se castrar a produção de conhecimentos através de um claro projeto para o ensino superior que visa conduzi-lo à privatização, senão vejamos.

Com o golpe de estado/64 a racionalidade estatal (contenção de gastos sociais – educação, saúde e reorganização da máquina técnico-administrativa) atinge o ensino do 3º grau com a implementação da Reforma Passarinho (68) que, após consultorias com o MEC/USAID, Grupos de Trabalho, etc., indica pela expansão do ensino superior principalmente sob iniciativa particular. O resultado é conhecido. Se em 1968 a Universidade pública e gratuita representava aproximadamente 75% das Instituições de Ensino Superior (IES), hoje a rede privada representa mais de 72% das IES. Ou seja, o ensino superior hoje já não mais se encontra sob a dominância do estado, mas sob controle da iniciativa particular. Isso é grave, pois sabemos que mais de 90% da pesquisa desenvolvida no país é realizada não nas indústrias culturais⁽¹⁾, empresas educacionais que caracterizam a maioria das escolas de ensino superior particulares (majoritariamente “isoladas” ou federação de escolas (formadoras do exército acadêmico de reserva)⁽²⁾ e raramente “universidades”), mas nas universidades públicas.

1. MARTINS, C. B. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. São Paulo: Global, 1979.
2. PRANDI, R. **Os favoritos degradados**. São Paulo: Loxola, 1981.

O governo federal não parou por aí na sua empedernida busca de privatização do ensino superior, desta feita, após o ano de 1985 com o corte sistemático e premeditado das verbas para a educação. Desta vez a agressão ao ensino superior público universitário adotava a tática de, intentando denegrir os méritos do mesmo (como improdutivo, corporativista, etc.), ir diminuindo as verbas para manutenção das IES públicas. Os dados são claros: se em 1972 tínhamos 27,4% de OCC (verbas de orçamento de custeio e capital), em 1989 tínhamos, em março, tão somente 2,34%, menos que em 1988 e 1987. A Universidade morre por inanição e foi esse o leimotiv da greve dos professores universitários deflagrada em 8/5/89 e cessada em 12/7/89, com a qual chega-se a aproximadamente 14% de OCC para 89, mantendo viva, ao menos por este ano, a universidade brasileira.

Observe-se que o problema está somente parcialmente resolvido. Há que manter-se o canal de pressão sobre o Congresso Nacional para que se tenha um orçamento melhor planejado e sobre as administrações universitárias para que se garanta uma execução democrática do mesmo, transparente aos olhos dos segmentos que compõem a comunidade universitária.

O Caderno Catarinense de Ensino de Física coloca-se dentro dessa perspectiva, enquanto parte de um projeto de pesquisa, extensão e docência voltado para o conhecimento da física inserido na problemática da negação, dentro do seu espaço institucional, dos efeitos da ordem autoritária não somente no plano econômico, político, social, moral, mas principalmente como alternativa, no plano cultural, metodológico, pedagógico, epistêmico, consciente de que é essencialmente a partir de novos conhecimentos sobre o real, e de uma nova reorientação do espaço político que se poderá aproximar a universidade e a escola dos interesses da maioria da população e da democracia, pois exercitar a cidadania é antes de tudo desalienar-se dos ditames e padrões de dominação impostos.

Um primeiro passo é compreender que ciência e política, com todo o respeito que se deve a Manheim e Weber, defensores da autonomia quase absoluta da INTELLIGENTSIA, são coisas que não andam necessariamente separadas, sendo-lhes devida uma vinculação responsável, sob pena de pactuarmos com uma visão elitista burguesa do ideal de universidade, tão cara às elites conservadoras ou ingênuas e prejudicial a um projeto popular para o ensino e para a sociedade como um todo, com a qual a Física não pode ser conivente.

Edmundo Lima de Arruda Junior
(Presidente da Associação dos Professores da UFSC)